



Simulado Especial

TCE SP

Auditor de Controle Externo
Pós-editais

Simulado

Simulado Especial TCE-SP (Auditor de Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo do TCE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Bz78aKjiWFxqbqQJ8>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/KLEF>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Adriana Figueiredo***Blefes**

Ninguém conhece a alma humana melhor do que um jogador de pôquer. A sua e a do próximo. Numa mesa de pôquer, o homem chega ao pior e ao melhor de si mesmo, e vai da euforia ao ódio numa rodada. Mas sempre como se nada estivesse acontecendo. Os americanos falam do *poker face*, a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão com a mesma impassividade, embora a lava esteja turbilhonando lá dentro. Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra, por um tique na orelha. Ou ultrapassando a fachada e mergulhando na alma do outro.

Não se trata de adivinhar seu caráter. Não é uma questão de caráter. O blefe é um lance tão legítimo quanto qualquer outro no pôquer. Os puros são até melhores blefadores, pois só quem não tem culpa pode sustentar um *poker face* perfeito sob o escrutínio hostil da mesa. Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas e que é no blefe que o pôquer deixa de ser um jogo de azar, e, portanto, de acaso, e se torna um jogo de talento. Já fora do pôquer o blefe perde sua respeitabilidade. É apenas sinônimo de engodo. Geralmente aplicado a pessoas que não eram o que pareciam ou fingiam ser.

(Adaptado de: VERÍSSIMO, Luis Fernando. Às mentiras que os homens contam. São Paulo: Cia das Letras, 2015)

1. No trecho “Os puros são até melhores blefadores”, o uso do termo em destaque permite afirmar que:

- a) não é preciso ser puro para ser um bom blefador.
- b) a informação dada não é a que se esperava.
- c) não se deve levar em consideração a pureza no blefe.
- d) blefe é um resultado da culpa do jogador.
- e) a análise da mesa depende da pureza dos jogadores.

2. No 2º parágrafo, o vocábulo “engodo” poderia ser substituído por:

- a) engano
- b) destreza
- c) habilidade
- d) passividade
- e) honestidade

3. Ocorre linguagem figurada em:

- a) Numa mesa de pôquer, o homem chega ao pior e ao melhor de si.
- b) Há quem diga que ganhar com um blefe supera ganhar com boas cartas.
- c) ... e vai da euforia ao ódio numa rodada.
- d) a cara de quem consegue apostar tendo uma boa carta ou nada na mão.
- e) ...embora a lava esteja turbilhonando lá dentro.

4. O trecho sublinhado em “Porque sabe que está rodeado de fingidos, o jogador de pôquer deve tentar distinguir quem tem jogo de quem não tem e está blefando por um tremor na pálpebra” estabelece uma relação, com a oração seguinte, de:

- a) Consequência
- b) Concessão
- c) Oposição
- d) Causa
- e) Finalidade

5. A expressão sublinhada deve sua flexão ao verbo em negrito em:

- a) **Houve** uma certa confusão no ambiente.
- b) O líder **propôs** um plebiscito no escritório.
- c) Todos começaram a trabalhar antes que **aparecesse** o chefe.
- d) Mas durante todo o dia o administrador **ficou** preocupado.
- e) **Colocaram** uma camisa sem botão.

6. A vírgula foi empregada corretamente em:

- a) Nadar em alto mar, pode ser perigoso.
- b) O trabalho remoto, vem ganhando espaço, em muitas empresas.
- c) Os advogados disseram que, o processo não estava ganho.
- d) No ano, passado, as taxas de natalidade diminuíram.
- e) Há fatos que, embora muito difundidos, são alvos de dúvida.

7. No trecho a seguir, os conectivos destacados podem ser substituídos respectivamente por:

O jovem, embora conte mentiras a seu respeito, parece ter um currículo realmente invejável, no entanto possui pouca experiência.

- a) visto que, conforme.
- b) mesmo que, portanto.
- c) conforme, enquanto.
- d) a não ser que, porque.
- e) conquanto, contudo.

8. Está correta a concordância nominal em:

- a) É proibida entrada de animais.
- b) Era viciante aqueles jogos dos anos 90.
- c) Depois da consulta, eles saíram com bastante pedidos de exame.
- d) Que belos sapato e terno.
- e) É importante que João e Ana obedeçam aos professores.

9. A regência foi aplicada corretamente na frase:

- a) Todos estavam convictos que a crise logo passaria.
- b) Nas últimas semanas, autoridades avisaram a população que o isolamento social continuaria.
- c) Aqueles responsáveis confiaram da proteção que a escola oferecia.

d) Famílias foram à Justiça pedir um posicionamento das instituições de ensino.

e) Entre os alunos, todos discordavam com o posicionamento da direção.

10. Está de acordo com a norma culta a colocação do pronome oblíquo em:

- a) **Nos** trata como se não nos conhecêssemos.
- b) Doaria-**lhe** todas as melhores roupas.
- c) O trabalho não poupou-**nos** do ócio.
- d) As crianças **se** interessam pelos objetos coloridos.
- e) Aqueles que preocupam-**se** com o próximo serão recompensados.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Cinco astronautas, Diego, Beatriz, Henrique, Melissa e Pedro, participaram de uma missão espacial e um deles desligou um importante sistema de segurança. Ao serem questionados pelo comandante, eles disseram o seguinte:

- Pedro: "Não foi o Henrique quem desligou o sistema."
- Diego: "Eu desliguei o sistema."
- Beatriz: "Eu não desliguei o sistema."
- Henrique: "Foi o Pedro quem desligou o sistema."
- Melissa: "Beatriz está mentindo."

Se apenas um dos astronautas disse a verdade, quem desligou o sistema foi:

- a) Henrique
- b) Melissa
- c) Pedro
- d) Diego
- e) Beatriz

12. Considere que os números que compõem a sequência seguinte obedecem a uma lei de formação.

(806, 798, 266, 258, 86, 78, ...)

O oitavo termo da sequência é:

- a) 10
- b) 12
- c) 14
- d) 16
- e) 18

13. Uma afirmação equivalente à afirmação “Se uma planta é regada, então ela cresce saudável, e se uma planta é regada, então ela não murcha” é

- a) Se uma planta é regada, então ela não cresce saudável ou murcha.
- b) Se uma planta murcha e não cresce saudável, então ela não é regada.
- c) Se uma planta é regada, então ela cresce saudável e não murcha.
- d) Uma planta é regada, cresce saudável e não murcha.
- e) Uma planta não é regada, e ela cresce saudável ou não murcha.

14. Uma empresa possui 7 máquinas que fabricam diversos produtos e operam com a mesma produtividade. Em um determinado mês, essas máquinas levaram juntas 10 dias para produzir 150 unidades de um produto A. Em um determinado momento, para saldar uma dívida com fornecedores, a empresa vendeu 2 máquinas. No mês seguinte, devido a um aumento inesperado na demanda, o número de unidades a serem produzidas do produto A dobrou. Com base nisso, determine o número de dias necessários para produzir essas unidades.

- a) 14 dias.
- b) 16 dias.

- c) 21 dias.
- d) 28 dias.
- e) 29 dias.

15. Se João tem uma bicicleta, então Maria tem um carro. Se Pedro não tem um cachorro, então Ana não tem um gato. Sabendo-se que Maria não tem um carro ou Ana tem um gato, conclui-se corretamente que

- a) Pedro e Ana têm animais de estimação.
- b) Se Pedro tem um animal de estimação, então Ana não tem.
- c) João não tem uma bicicleta e Pedro tem um cachorro.
- d) João tem uma bicicleta ou Pedro não tem um cachorro.
- e) João não tem uma bicicleta ou Pedro tem um cachorro.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. O usuário deseja desativar a reprodução automática no Windows, pois soube que esse recurso é ativado por padrão e que essa situação pode causar uma vulnerabilidade para o Sistema. Para isso deve acessar o menu:

- a) Dispositivos
 - b) Aplicativos e Recursos.
 - c) Cortana
 - d) Área de Trabalho.
 - e) Barra de Tarefas
-

17. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

18. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B	C	D	E	F
1	2024					
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						

O usuário se posicionou na célula A1 e arrastou a alça de preenchimento até a célula A12. Dessa forma, podemos concluir que na célula A10 aparecerá o valor:

- a) 2031
- b) 2030
- c) #erro
- d) 2020
- e) 2024

19. Sobre o Teams, marque a alternativa correta:

- a) A ferramenta de Tarefas possibilita visualizar todas as equipes das quais o usuário e a sua equipe participam.
- b) O chat é uma ferramenta automaticamente desabilitada e jamais pode ser usada concomitante com a chamada de vídeo.
- c) As videoconferências só são permitidas em classes com mais de 100 usuários.
- d) Durante a videoconferência é possível compartilhar telas abertas de outros aplicativos.
- e) O recurso de Equipes é utilizado para listar as tarefas pendentes do usuário.

20. Sobre o protocolo POP responda.

- a) É utilizado para o envio de mensagens de email com uma maior velocidade de transmissão.
- b) É utilizado para a troca de páginas entre computadores utilizando criptografia.
- c) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, retira as mensagens do servidor e realiza a leitura na máquina do usuário.
- d) É utilizado para o recebimento de mensagens e, por padrão, realiza a leitura no servidor.
- e) Não permite configurações adicionais em seu servidor.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

21. Jobson é prefeito municipal e acabou de realizar a sua prestação de contas anual, relativamente aos seus atos de governo e de gestão. O processo foi encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado – TCE e, após avaliação da Corte, as contas foram remetidas à Câmara Municipal. Sem prejuízo do envio ao Legislativo, o TCE julgou as contas de gestão, aplicando multa ao prefeito municipal por irregularidades identificadas.

Paralelamente, Jobson foi notificado acerca da instauração de procedimento de tomada de contas especial que tramitava no âmbito do Tribunal de Contas da União – TCU, versando sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados ao município em que Jobson era prefeito por meio de convênio interfederativo de repasse de verbas. A tomada de contas especial foi julgada pelo TCU, com aplicação de sanções a Jobson, sendo que tais contas não passaram pelo crivo do legislativo municipal.

Considerando as situações hipotéticas acima, marque a alternativa correta, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF. Considere que o TCE é o órgão técnico que presta o auxílio às câmaras municipais no controle externo municipal.

- a) As contas anuais de governo e de gestão do prefeito deveriam ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, cabendo à Câmara Municipal alterar o julgamento mediante dois terços de seus membros.
- b) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, mas subsistiria a prerrogativa do Legislativo de alterar o julgamento por meio de dois terços dos seus membros. Por outro lado, as contas de governo e de gestão são julgadas pelo Legislativo, que deverá seguir o parecer vinculante da Corte de Contas estadual.

c) As contas de governo, de gestão e de convênios interfederativos de repasse de verbas públicas são julgadas pelo Poder Legislativo, mediante quórum de dois terços dos seus membros, cabendo aos tribunais de contas apenas a emissão dos pareceres prévios.

d) Compete aos Tribunais de Contas o julgamento das contas de Prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas; essa competência, quando atestada a irregularidade de contas de gestão prestadas por Prefeitos ordenadores de despesa, se restringe à imputação de débito e à aplicação de sanções fora da esfera eleitoral, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

e) O TCU poderia condenar o prefeito municipal na tomada de contas especial, sem que haja posterior análise pelo Poder Legislativo; o TCE não tem competência para julgar as contas de gestão do prefeito, mas apenas para emitir o parecer prévio; a Câmara Municipal tem competência para julgar as contas de governo e de gestão, sendo imprescindível o quórum de dois terços para contrariar o parecer prévio da Corte de Contas.

22. Joana, servidora ocupante de cargo público efetivo na Administração Pública do Estado de São Paulo, realizou, em junho de 2021, o pedido de sua aposentadoria junto ao seu órgão de lotação. O pedido foi deferido em julho de 2021. Em outubro do mesmo ano, a documentação foi encaminhada e recebida no Tribunal de Contas do Estado. Contudo, em agosto de 2026 o registro da aposentadoria foi negado, sem concessão de direito de defesa.

Considerando essa situação hipotética, marque a opção correta considerando a jurisprudência do STF sobre o tema.

- a) Por se tratar de ato administrativo composto, a concessão de aposentadoria de servidora ocupante de cargo público de provimento efetivo independe de registro no Tribunal de Contas do Estado.
- b) Em agosto de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro, uma vez que o prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria conta somente a partir da chegada do processo na Corte de Contas.
- c) Em julho de 2026, houve o registro tácito da aposentadoria, em razão do decurso do prazo de cinco anos desde o deferimento do pedido junto ao órgão de lotação, motivo pelo qual o TCE não teria mais como negar o registro após este prazo.
- d) O Tribunal de Contas do Estado ainda poderia negar a concessão do registro da aposentadoria, mas deveria ter concedido o direito de defesa à Joana.
- e) A partir de outubro de 2026, o TCE ainda poderia negar o registro da concessão inicial de aposentadoria, mas seria obrigado a conceder, a partir desse prazo, o direito de defesa para Joana.

23. Elvis é agente público de município do interior do estado e teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que determinou o ressarcimento de danos causados ao erário e simultaneamente aplicou-lhe multa proporcional ao dano. Maria da Silva também é agente do mesmo município e foi multada (multa simples) por descumprir determinação do Tribunal de Contas. Os dois não quitaram os débitos, motivo pelo qual houve a necessidade de propor ação de execução no âmbito judicial.

Considerando as situações hipotéticas acima, julgue os itens a seguir.

- a) Todas as ações de execução serão propostas pelo Tribunal de Contas, órgão técnico responsável pela proteção dos recursos públicos.
- b) A cobrança do débito (dano ao erário) será proposta pelo município, enquanto as multas (proporcional ao dano e simples) serão executadas por iniciativa do estado de São Paulo.
- c) A cobrança do débito (dano ao erário) e da multa proporcional ao dano será proposta pelo município, enquanto a multa simples será executada por iniciativa do estado de São Paulo.
- d) O Estado e o município são credores solidários de todos os valores, sendo que as ações de execução poderão ser propostas pelas procuradorias de ambos os entes da Federação.
- e) O Ministério Público de Contas poderá propor as ações de cobrança, caso os entes credores (município ou estado) não apresentem as ações no prazo legal.

24. Sobre as decisões do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que:

- a) Final é a decisão pela qual o Relator ou o Tribunal de Contas, antes de se pronunciar quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a notificação ou a audiência dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias à instrução do processo.
- b) Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal de Contas julga regulares, regulares com ressalvas ou irregulares as contas.
- c) Dentro do prazo de dez anos, contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial, o Tribunal de Contas poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar a reabertura do processo e determinar que se utilize a respectiva tomada ou prestação de contas que tenham sido consideradas ilíquidáveis.
- d) As contas serão consideradas líquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito.
- e) Terminativa é a decisão pela qual o Tribunal de Contas ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis.

25. Jorge jurisdicionado do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e deseja impugnar decisão da Corte, alegando que houve contradição nos argumentos levantados na decisão. Nesse caso, o instrumento de recurso cabível será:

- a) recurso ordinário;
- b) pedido de reconsideração;
- c) agravo;
- d) embargos de declaração; e
- e) pedido de reexame.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. Considerando as disposições da CF, assinale a opção que trata de norma constitucional de eficácia contida.

- a) A lei disporá sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- b) Participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;
- c) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;
- d) Lei complementar, de iniciativa do STF, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios fixados na CF;
- e) Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

27. Sobre o direito de liberdade de associação, conforme disposto na Constituição Federal e nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva incorreta.

- a) O Governador de Estado, por meio de decreto referendado pelo Secretário de Justiça, desde que devidamente fundamentado, pode determinar a extinção compulsória da associação que tenha por objetivo a prática de ato ilícito.
- b) Conquanto uma liminar não seja suficiente para extinguir compulsoriamente as associações de caráter paramilitar, poderá suspender as suas atividades até a análise de mérito.
- c) A legitimidade da associação para representação de seus filiados no âmbito judicial depende de autorização expressa dos associados.
- d) Na condição de substituta processual, a atuação judicial de associação não está condicionada à autorização dos associados por meio de procuração.
- e) A exclusão de associado por motivos ideológicos, desde que cumprido o devido processo legal, não está sujeita à revisão pelo Estado.

28. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto.

Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

29. O Tribunal de Justiça do Maranhão julgou válida a Lei estadual 200/2015 que havia sido contestada em face de lei federal 14.000/2010. Conforme redação da Constituição Federal, da decisão cabe

- a) recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- b) recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.
- c) recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça.
- e) reclamação ao Supremo Tribunal Federal.

30. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Rodrigo Bet*

31. Acerca das entidades que compõem a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) As autarquias e as empresas públicas são entes dotados de personalidade jurídica de direito público, criados por lei específica, com autonomia administrativa e patrimônio próprio.
- b) A principal diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista está na forma jurídica adotada e na composição do capital, sendo a primeira sempre uma sociedade anônima com capital exclusivamente privado.
- c) A descentralização de competências do governo central para os governos subnacionais chama-se descentralização política.
- d) Os consórcios públicos são formas de desconcentração administrativa que visam à gestão compartilhada de serviços entre órgãos da mesma entidade federativa.
- e) As sociedades de economia mista integram a administração direta, pois são criadas por lei e executam atividade econômica por delegação do Estado.

32. Acerca dos atos administrativos no âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) A autoexecutoriedade e a imperatividade são atributos presentes em todos os atos administrativos.
- b) O silêncio da Administração, por corresponder a uma omissão com efeitos legais, é considerado um ato administrativo tácito.
- c) Os atos administrativos e os demais atos praticados pela Administração sempre possuem natureza de direito público e estão sujeitos ao controle jurisdicional.
- d) Fatos administrativos, por influenciarem o campo jurídico da Administração, podem ser classificados como uma modalidade de ato administrativo.
- e) O ato administrativo é uma manifestação unilateral da vontade da Administração, submetida ao regime jurídico de direito público, com objetivo de gerar efeitos jurídicos voltados ao interesse coletivo.

33. Durante processo de aquisição de equipamentos tecnológicos em órgão público, foi apurado que a comissão responsável, liderada por um servidor de carreira, autorizou a contratação de empresa inabilitada, o que gerou prejuízo financeiro à Administração. Após auditoria, concluiu-se que os integrantes da comissão não agiram com dolo ou má-fé. Com base na Lei nº 8.429/1992, atualizada, é correto afirmar:

- a) O enriquecimento ilícito estará caracterizado se houver prejuízo ao erário, ainda que não exista intenção de obter vantagem.
- b) A responsabilização por ato de improbidade administrativa por dano ao erário independe da comprovação de dolo ou culpa.
- c) A caracterização de improbidade administrativa exige a presença de dolo, razão pela qual a ausência de intenção afasta a responsabilização de seus autores.
- d) Para a responsabilização por violação aos princípios da Administração, basta a inobservância dos deveres funcionais, independentemente de dolo.

e) A responsabilização por improbidade administrativa exige, como condição indispensável, a prévia conclusão de processo administrativo disciplinar.

34. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que configura hipótese de licitação dispensável:

- a) contratação de profissional técnico de notória especialização para compor comissão de avaliação de critérios de técnica em licitações.
- b) contratação de empresa para elaboração de parecer técnico sobre viabilidade de projeto de engenharia, com notória especialização.
- c) aquisição de imóvel em local estratégico e com características únicas para instalação de unidade administrativa.
- d) credenciamento de clínicas médicas para realização de exames especializados para servidores públicos.
- e) contratação de consultoria para elaboração de projeto executivo de obra pública, com profissional de notória especialização.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS E ATIVOS*Paulo Portinho*

35. Em análise de investimentos, diversas metodologias são empregadas para assegurar a maximização do lucro do acionista. Uma dessas metodologias é:

- a) a Taxa Interna de Retorno – TIR, que representa o percentual de risco que um projeto carrega, independentemente do retorno financeiro esperado.
- b) o Índice de Lucratividade – IL, que é calculado pela soma dos valores presentes dos fluxos de caixa dividido pelo custo total do projeto, indicando a quantidade de vezes que o investimento poderia ser perdido.
- c) a Taxa Mínima de Atratividade – TMA, que é o valor máximo que um projeto pode perder antes de ser considerado inviável.
- d) o prazo de recuperação de capital, ou período payback, que considera o tempo que um projeto leva para dobrar o investimento inicial, sem levar em conta os fluxos de caixa subsequentes.
- e) o Valor Presente Líquido – VPL, que quando positivo indica o excedente monetário obtido e é medido pela diferença entre o valor presente das entradas e o valor presente das saídas de caixa do projeto.

36. As informações a seguir foram preparadas pela tesouraria da Entidade XXX Ltda. Trata-se de uma série mista de pagamentos.

- Fluxo de caixa – série mista de:
 - 1o ano R\$ 2.000,00 / ○ 2o ano R\$ 2.500,00 / ○ 3o ano R\$ 3.000,00
- Taxa anual de desconto: 10%
- Número de anos: 3

Assinale a alternativa que contém o valor presente, em Reais, da série mista de pagamentos.

- a) 5.856
- b) 6.138
- c) 7.550
- d) 7.800
- e) 3.980

37. O Retorno sobre o PL (Patrimônio Líquido) é um indicador de desempenho muito importante.

Se uma empresa projeta um lucro de R\$ 150 milhões, com um índice “dívida/Patrimônio Líquido” de 4 e um Retorno sobre Ativo (ROA - Ativos) de 20,0%, então significa que seus proprietários podem esperar por uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (ROe) igual a:

- a) 750 milhões.
- b) 150 milhões.
- c) 100%.
- d) 75%.
- e) 150%.

MATEMÁTICA FINANCEIRA*Carlos Henrique*

38. Um montante inicial foi aplicado a uma taxa de juros simples de 5% ao mês durante 2 meses e depois reaplicado a uma taxa de juros simples de 10% ao mês durante 2 meses, resultando em R\$ 13.200,00. O valor do montante inicial era de:

- a) R\$ 18.500,00.
- b) R\$ 13.000,00.
- c) R\$ 12.330,00.
- d) R\$ 11.000,00.
- e) R\$ 10.000,00.

39. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

40. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

41. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$

d) $78\% \leq S < 79\%$

e) $77\% \leq S < 78\%$

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

42. À luz dos Procedimentos Contábeis Orçamentários dispostos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica uma espécie de receita classificada como “Outras Receitas Correntes”, no âmbito da classificação por natureza da receita:

- a) Valores Mobiliários
- b) Serviços Administrativos e Comerciais Gerais
- c) Transferências do Exterior
- d) Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público
- e) Remuneração das Disponibilidades do Tesouro

43. Com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo são reconhecidas no Balanço Patrimonial de uma entidade do setor público como:

- a) Ajustes de Avaliação Patrimonial
- b) Ajustes de Exercícios Anteriores
- c) Reservas de Capital
- d) Reservas de Lucros
- e) Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital

44. Como base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), a estrutura da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é composta pelos seguintes quadros, exceto:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- c) Quadro dos Ingressos e Dispendios Extraorçamentários de Caixa.
- d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida
- e) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função

45. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), Ativo Imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período. Acerca do tratamento contábil aplicável aos ativos imobilizados, assinale a opção correta:

- a) A entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados quando os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes.
- b) Em geral, o ativo imobilizado, exceto os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção.
- c) O item do imobilizado não necessariamente precisa de uma base monetária confiável para ser reconhecido.
- d) O reconhecimento e a mensuração dos ativos imobilizados obtidos a título gratuito seguem a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.
- e) O custo de reposição de um ativo é o custo para repor seu potencial de serviço bruto. Este custo é amortizado para refletir o ativo na sua condição atual.

46. Em relação aos instrumentos financeiros no setor público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) estabelece diretrizes para o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação. Assinale a opção que descreve corretamente como os custos de empréstimos devem ser tratados, de acordo com o MCASP:

- a) Os custos de empréstimos devem ser sempre reconhecidos como despesas no período em que são incorridos, independentemente de estarem relacionados à aquisição de um ativo qualificável.
- b) Os custos de empréstimos devem ser sempre capitalizados como parte do custo do ativo qualificável, independentemente de serem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção do ativo.
- c) Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas apenas se forem considerados imateriais, sendo que os custos materiais devem ser capitalizados como parte do custo do ativo qualificável.
- d) Os custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesas, exceto quando forem diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, caso em que podem ser capitalizados.
- e) Os custos de empréstimos devem ser sempre reconhecidos como ajustes no patrimônio líquido, refletindo a variação no valor das obrigações financeiras da entidade.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

47. As falhas de mercado ocorrem quando o mercado não aloca recursos de forma eficiente, levando a resultados subótimos para a sociedade. Qual das alternativas abaixo é um exemplo de uma falha de mercado:

- a) A concorrência perfeita entre empresas no mercado.
- b) A produção de bens públicos, como iluminação de ruas.
- c) A lei da oferta e da demanda operando sem interferências externas.
- d) A existência de impostos sobre produtos comercializados.
- e) O equilíbrio de mercado sem intervenções governamentais.

48. O orçamento público exerce diferentes funções para garantir o bom funcionamento da economia e o bem-estar social. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente as funções alocativa, distributiva e estabilizadora:

- a) A função alocativa garante a produção de bens públicos, enquanto a distributiva promove maior desigualdade econômica, e a estabilizadora desconsidera o controle da inflação.
- b) A função alocativa está relacionada ao financiamento de bens privados, a distributiva busca reduzir a desigualdade social, e a estabilizadora visa o aumento do desemprego.
- c) A função alocativa está relacionada ao fornecimento de bens públicos, a distributiva busca promover maior igualdade social, e a estabilizadora visa garantir a estabilidade econômica.
- d) A função alocativa elimina a intervenção governamental na economia, a distributiva aumenta os impostos sem critérios, e a estabilizadora ignora períodos de recessão econômica.

e) As funções alocativa, distributiva e estabilizadora têm foco exclusivo na atuação do setor privado para desenvolvimento econômico.

49. No Federalismo Fiscal, as responsabilidades financeiras e administrativas são divididas entre os diferentes níveis de governo. Qual das alternativas abaixo descreve corretamente um princípio fundamental do Federalismo Fiscal?

- a) Apenas o governo central tem autoridade para arrecadar impostos e decidir sua aplicação.
- b) Os níveis de governo compartilham responsabilidades, promovendo eficiência na alocação de recursos e autonomia financeira.
- c) Os estados e municípios têm liberdade total para definir suas políticas fiscais sem qualquer coordenação com o governo federal.
- d) O federalismo fiscal concentra os recursos financeiros nas regiões mais desenvolvidas, ignorando as regiões menos favorecidas.
- e) O Federalismo Fiscal garante uniformidade absoluta nas políticas econômicas de todos os estados, eliminando suas particularidades regionais.

50. Segundo a LRF, o contingenciamento de despesas ou limitação de empenho é um mecanismo que tem por fundamento auxiliar no cumprimento das metas fiscais ao longo do exercício financeiro. Nesse contexto, pode-se afirmar:

- a) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais.
- b) Os critérios para limitação de empenho e movimentação financeira são fixados na Lei Orçamentária Anual.
- c) A aferição da compatibilidade da arrecadação de receitas com as metas de resultado primário e nominal é bimestral.
- d) A verificação é quadrimestral.
- e) Trata-se de prerrogativa exclusiva do Poder Executivo.

51. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.
- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

52. A Governança Pública é um tema que passou a ser discutido quando da implantação do novo modelo de gestão pública e tem sido viabilizada por princípios, diretrizes e mecanismos. O princípio da governança no setor público que diz respeito às ações organizacionais e ao comportamento do agente público, referindo-se à adesão e alinhamento consistente aos valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados diz respeito à

- a) Capacidade de resposta.
- b) Integridade.
- c) Transparência.
- d) Confiabilidade.
- e) Accountability.

53. Acerca do paradigma pós-burocrático e da gestão por resultados, considere:

- I – Em meados dos anos 90 houve flexibilização do novo modelo de gestão e uma ruptura com o modelo de gestão burocrático.
- II – As organizações pós-burocráticas podem ser caracterizadas como orientadas para a solução de conflitos e problemas, baseadas na participação, confiança e compromisso.
- III – O modelo pós-burocrático é construído em torno de processos tecnologicamente intensivos, baseados no consenso e no personalismo de interesses.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II, III
- b) I
- c) II
- d) III
- e) I e II

54. A avaliação das políticas públicas tornou-se um procedimento institucionalizado na administração pública e tem sido realizada utilizando-se diferentes dimensões e metodologias. Acerca das políticas públicas e dos diversos métodos de avaliação, aponte a alternativa correta:

- a) a avaliação de metas tem como objetivo medir o grau de êxito que um programa ou projeto obtém em relação ao processo e ao seu impacto.
- b) a avaliação de metas e de impacto ocorrem concomitantemente à implementação do programa ou projeto.
- c) a avaliação de impacto tem como objetivo identificar os efeitos sobre a população-alvo do programa ou projeto e produzir dados para reprogramação das ações.
- d) a avaliação de processo tem como objetivo medir o grau de cobertura do programa ou projeto, estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária e produzir dados para a reprogramação das ações.
- e) a avaliação de processo ocorre simultaneamente com a avaliação de metas.

55. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II - Os conselhos gestores são órgãos públicos de composição paritária entre a sociedade e o governo, regidos por regulamento próprio.
- III - As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.

d) I, II, III estão corretas

e) Somente a I e III estão corretas

56. O Referencial estratégico das Organizações envolve a escolha de ferramentas, análise de cenários e indicadores de desempenho, entre outras variáveis, visando dar rumo às organizações. Alguns critérios são fundamentais para abastecer os avaliadores de parâmetros para julgar. Com relação aos critérios de avaliação, a assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Eficácia corresponde aos resultados sociais (outcomes) com a redução do problema e a geração de valor para a população.
- () Economicidade está relacionado ao grau de utilização dos recursos.
- () Eficiência operacional, está associado à análise dos custos e prazos esperados (em relação ao realizado).

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) F, F e V.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA*Guilherme Venturim*

57. A **matriz de riscos** é a cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Neste sentido, assinale os casos de contratação em que a matriz de alocação de riscos é obrigatória.

- a) Apenas em obras de grande vulto, para qualquer regime de contratação.
- b) A matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado é facultativa.
- c) Obras e serviços em regime de contratação por empreitada por preço global.
- d) Obrigatória em qualquer modalidade de contratação.
- e) Obras e serviços de grande vulto ou adoção dos regimes de contratação integrada e semi-integrada.

58. Conforme Lei 14.133/21, **contratos de eficiência** são contratos cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes.

Nestes casos, para o **critério de julgamento** das propostas, adota-se

- a) qualquer um dos critérios previstos na referida lei, com exceção do critério de “maior lance”, restrito à modalidade Leilão.
- b) exclusivamente o critério de maior retorno econômico.
- c) os critérios de menor preço ou maior desconto.
- d) qualquer um dos critérios previstos na referida lei, com exceção dos critérios de “maior lance” e de “melhor técnica ou conteúdo artístico”.
- e) o diálogo competitivo.

59. Assinale a alternativa que corresponde ao **custo indireto** de uma obra.

- a) Materiais de construção.
- b) Despesas financeiras.
- c) Mão de obra.
- d) Administração local.
- e) Seguros e Garantias

ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO*Celso Natale*

60. Quando o Estado investe em educação, saúde, segurança e infraestrutura básica, garantindo acesso equitativo a bens e serviços essenciais para toda a população, está exercendo sua função de

- a) estabilidade macroeconômica.
- b) regulação de mercados.
- c) provisão de bens públicos.
- d) redistribuição de renda.
- e) alocação.

61. Acerca do federalismo fiscal e da estrutura tributária brasileira, assinale a alternativa incorreta.

- a) O imposto de renda da pessoa física é de competência da União, em razão da alta mobilidade de sua base, sendo parte de sua arrecadação compartilhada com estados e municípios por meio dos fundos de participação.
- b) O desenho ideal de um sistema tributário deve equilibrar justiça distributiva e eficiência econômica, buscando alcançar metas fiscais e sociais com o menor custo possível.
- c) A concessão de incentivos fiscais por entes subnacionais para atrair investimentos, embora beneficie a economia local, pode gerar perdas arrecadatórias em outras regiões, caracterizando uma externalidade negativa.
- d) O federalismo fiscal contribui para a redução das disparidades regionais, enquanto a concorrência tributária entre entes federativos tende a elevar a provisão de bens públicos acima do nível socialmente desejável.
- e) A mobilidade da base tributária é um critério relevante na definição de competências tributárias entre os entes federativos, buscando alocar tributos de forma mais eficiente.

62. Com o objetivo de reduzir a desigualdade na distribuição de renda, o Estado pode empregar diversas estratégias. Uma delas é a implementação de transferências de renda diretas ou indiretas para as classes menos privilegiadas, por meio de um sistema de tributação progressiva. Adicionalmente, a adoção de políticas macroeconômicas também pode ser utilizada, buscando alcançar o pleno emprego e controlar a inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora
- b) Distributiva e Estabilizadora
- c) Alocativa e Distributiva

- d) Estabilizadora e Alocativa
- e) Reguladora e Distributiva

63. De acordo com a teoria da captura, a regulação surge em resposta às solicitações da indústria por normatização, podendo resultar em benefícios para

- a) determinados grupos.
- b) a sociedade em geral.
- c) a agência reguladora.
- d) legisladores.
- e) concessionárias mais eficientes.

64. No que diz respeito ao Federalismo Fiscal, analise o item a seguir.

Segundo o modelo de _____, é possível induzir os agentes econômicos a revelarem suas preferências por meio da descentralização fiscal e livre mobilidade de pessoas entre os governos locais.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Musgrave
- b) Lindhal
- c) Tiebout
- d) Oates
- e) Pigou

SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Celso Natale

65. O Sistema Financeiro Nacional é composto por um conjunto de órgãos e instituições que regulamenta, supervisiona e realiza operações necessárias à circulação de moeda e de crédito na economia.

São entidade do subsistema normativo do Sistema Financeiro Nacional:

- a) Conselho Monetário Nacional e Conselho Nacional de Justiça
- b) Comissão de Valores Mobiliários e Conselho Monetário Nacional
- c) Conselho Nacional de Seguros Privados e Conselho Nacional de Justiça
- d) Banco Central do Brasil e Secretaria do Tesouro Nacional
- e) Conselho Monetário Nacional e Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional

66. NÃO Compete ao Banco Central do Brasil do Brasil (BCB)

- a) executar a política monetária.
- b) executar do meio circulante.
- c) fiscalizar as instituições financeiras.
- d) registro de companhias abertas.
- e) executor da política cambial.

67. As Entidades Supervisoras do Sistema Financeiro Nacional são compostas pelas seguintes instituições:

- a) Conselho Monetário Nacional, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados.
- b) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência Nacional de Previdência Social.

- c) Banco Central do Brasil, Conselho Nacional de Seguros Privados e Superintendência de Seguros Privados.
- d) Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários e Superintendência de Seguros Privados.
- e) Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

O enunciado a seguir refere-se às questões **68** e **69**.

O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



68. A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é igual a:

- a) 560
- b) 570
- c) 580
- d) 590
- e) 600

69. O ângulo, em graus, correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é igual a

- a) 48
- b) 48,5
- c) 49
- d) 49,5
- e) 50

70. Em uma urna, há 1 bola branca, 2 bolas azuis e 3 bolas vermelhas. As bolas serão retiradas aleatoriamente, sem reposição, até que, pela primeira vez, entre as bolas retiradas, haja duas de uma mesma cor.

A probabilidade de que isso ocorra na terceira retirada é:

- a) $9/30$
- b) $10/30$
- c) $11/30$
- d) $12/30$
- e) $13/30$

O enunciado a seguir refere-se às questões **71** e **72**.

Em uma fábrica de motores, ao testar um novo procedimento de performance, foram realizadas três provas com um experimento binomial. A probabilidade de ocorrerem dois sucessos é doze vezes a probabilidade de ocorrerem três sucessos.

71. Calcule a probabilidade de sucesso

- a) 20%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 75%
- e) 80%

72. Calcule o valor de $F(1)$, onde F é a função distribuição acumulada de probabilidade

- a) 89,6%
 - b) 91,2%
 - c) 88,4%
 - d) 92,4%
 - e) 86,8%
-

AUDITORIA GOVERNAMENTAL*Tonyvan Carvalho*

73. Os instrumentos de fiscalização são utilizados para operacionalizar as atividades de competência do órgão de auditoria interna e diferenciam-se, especialmente, quanto finalidade da ação de controle. Nesse sentido, os instrumentos de fiscalização podem ser utilizados para:

- I. Conhecer a organização e o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais;
- II. Suprir omissões e lacunas de informação, esclarecer dúvidas, apurar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de atos e fatos específicos praticados por qualquer responsável, bem como para apurar denúncias ou representações;
- III. Avaliar, ao longo de um período predeterminado, o desempenho de órgãos e entidades públicas, assim como dos sistemas, programas, projetos e atividades governamentais, quanto aos aspectos de economicidade, eficiência e eficácia dos atos praticados.

Os instrumentos de que tratam as definições anteriores são denominados, respectivamente:

- a) Inspeção, Complementação e Auditoria de Regularidade.
- b) Inspeção, Levantamento e Monitoramento.
- c) Levantamento, Inspeção e Monitoramento.
- d) Acompanhamento, Monitoramento, Monitoramento.
- e) Levantamento, Inspeção e Acompanhamento.

74. Procedimento de auditoria é um conjunto de exames definidos com a finalidade de obter evidências suficientes, confiáveis, fidedignas, relevantes e úteis, que permitam responder a uma questão de auditoria. Sobre os procedimentos de auditoria, analise as afirmativas a seguir:

- I. A escolha dos procedimentos a serem utilizados para o alcance dos objetivos de auditoria é feita durante a fase de execução da auditoria;
- II. A inspeção consiste na verificação de registros, de documentos ou de ativos, que proporcionará ao auditor a formação de opinião quanto à existência física do objeto ou do item examinado;
- III. A análise documental requer do auditor capacidade de julgamento, de constatação visual e habilidade para perceber eventuais comportamentos e procedimentos destoantes do padrão de execução.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e III somente.
- b) I, II e III.
- c) I somente.
- d) II e III somente.
- e) II somente.

75. Ao elaborar o relatório de auditoria, a equipe de auditores comunicou que não foi possível responder a uma questão de auditoria porque, embora tenham empregado diversas técnicas investigativas, as fontes de informação disponíveis não eram suficientes. Nessa circunstância, o relato dos auditores constitui:

- a) Risco de auditoria.
- b) Limitação de auditoria.
- c) Opinião adversa.
- d) Abstenção de opinião.
- e) Situação encontrada.

76. A auditoria no setor público é fundamental para assegurar a correta aplicação dos recursos públicos, promovendo transparência, responsabilidade e boa governança. As auditorias ajudam a prevenir fraudes e desperdícios, fortalecendo a confiança dos cidadãos nas instituições governamentais e garantindo que os recursos sejam utilizados de forma ética e eficaz para o bem coletivo. Relacione os tipos principais de auditoria do setor público estabelecidos na NBASP 100 - Princípios Fundamentais de Auditoria no Setor Público, às suas respectivas definições.

I. Auditoria Financeira

II. Auditoria Operacional

III. Auditoria de Conformidade

() Foca em determinar se um particular objeto está de acordo com normas identificadas como critérios. É realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada.

() Foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão atuando em conformidade com os princípios de economicidade, de eficiência e de efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.

() Foca em determinar se a informação contábil de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) I – II – III.

b) III – II – I.

c) III – I – II.

d) I – III – II.

e) II – III – I.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Silvio Sande

77. Uma sociedade empresária apresentou indicador de liquidez corrente de 0,9, em 2023, e de 0,5, em 2024.

Assinale a opção que indica uma possível causa para a diminuição.

a) Aumento de capital social em dinheiro.

b) Compra à vista de ativo imobilizado.

c) Pagamento antecipado de despesas de aluguel.

d) Venda de ações em tesouraria por um valor acima do custo.

e) Reconhecimento de salários a pagar.

Observe o balanço patrimonial a seguir e responda a questão a seguir.

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	500.000	Circulante	450.000
Disponível	25.000	Fornecedores	275.000
Clientes	225.000	Salários a pagar	50.000
Estoques	250.000	Empréstimos	125.000
Não Circulante	1.250.000	Não Circulante	500.000
Direitos de longo prazo	375.000	Financiamentos	500.000
Investimentos	125.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Imobilizado	500.000	Capital Social	750.000
Intangíveis	250.000	Reservas	50.000
TOTAIS	1.750.000	TOTAIS	1.750.000

78. O índice de endividamento geral e o índice de liquidez geral são, respectivamente,

a) 0,54 e 0,92.

b) 0,47 e 0,55.

c) 0,49 e 1,11.

d) 0,47 e 0,52.

e) 1,19 e 0,28.

79. Caso a empresa compre R\$ 5.000 em estoques à vista. Assinale a opção que indica o impacto dessa compra nos indicadores de liquidez da empresa.

- a) Diminuição na liquidez corrente e na liquidez geral.
- b) Diminuição na liquidez seca e na liquidez imediata.
- c) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez corrente.
- d) Diminuição na liquidez corrente e aumento na liquidez seca.
- e) Diminuição na liquidez imediata e aumento na liquidez geral.

80. A empresa Corujita apresentou, em 31/12/2019, Ativo Total de R\$ 500.000,00 e Patrimônio Líquido de R\$ 300.000,00. A empresa obteve um Índice de Liquidez Corrente de 1,6, e o grau de concentração do passivo no curto prazo era 40%. Com base unicamente nessas informações, podemos afirmar que o valor do Ativo Não Circulante, em 31/12/2019, era:

- a) R\$ 350.000,00
 - b) R\$ 365.000,00
 - c) R\$ 372.000,00
 - d) R\$ 384.000,00
 - e) R\$ 396.000,00
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
